

Nem arte, nem educação¹

Luis Camnitzer

1 Tradução publicada no livro ARTEVERSA: arte, docência e outras invenções / (Orgs.) Luciana Gruppelli Loponte, Cristian Polletti Mossi. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p.30-37.

Isso de “nem arte, nem educação” parece uma excelente ideia¹.

Nem tanto porque nenhum deles, intrinsecamente, sirva para algo, mas porque, a esta altura das coisas, ambos são termos que estão em um estado de corrupção e deformação que fazem com que já não sirvam para nada. Quando se decide oficialmente que os assuntos relacionados com a arte se distanciam da educação, não estamos enfrentando uma estupidez ministerial soberana (ainda que nos dê prazer defini-la como tal). Estamos em uma situação muito mais grave, que é a de ser vítimas de uma ideologia que deu novos significados às palavras e na qual muita gente crê. De acordo com esses significados, a arte é uma atividade que serve para o ócio, e a educação é um serviço de fabricação de empregados que trabalham para interesses alheios. Podemos culpar o sistema financeiro e seus instrumentos (como o relatório PISA²), mas deveríamos também culpar-nos a nós mesmos por sermos passivos e permitirmos a usurpação das palavras. Já não se trata de rebatizar a arte e a educação com um “Joãozinho” e uma “Maria”, ou qualquer outro nome. Trata-se de reconceitualizar os termos e dar-lhes um conteúdo que sirva para os propósitos para os quais foram criados em seu sentido mais construtivo, e, portanto, independentemente, e independentes, da estrutura corporativa e da miopia governamental.

De acordo com os preconceitos vigentes, a arte hoje é vista e utilizada fundamentalmente como um meio de produção de objetos de luxo. Isto depois de uma longa história que inclui a passagem da manufatura artesanal à contemplação para terminar em um colecionismo que serve como uma prova de status e riqueza. A educação, por sua vez, é interpretada

1 Texto publicado originalmente em CAMNITZER, Luis. Ni arte ni educación. In: GRUPO DE EDUCACIÓN MATADERO MADRID. Ni arte ni educación: una experiencia en la que lo pedagógico vertebró lo artístico. Madrid: Catarata, 2016. Tradução: Aline Nardes dos Santos. Revisão da tradução: Grupo ARTEVERSA.

2 Nota de Tradução: O relatório PISA refere-se ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, tradução de Programme for International Student Assessment, e trata-se de “um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola”. Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>

e usada como um processo para criar uma meritocracia a serviço das estruturas de poder, tanto empresarial como nacional. As instituições se constituem como filtros para identificar os poucos “melhores” úteis em vez de se preocupar em melhorar os indivíduos e permitir-lhes contribuir comunitariamente. Não que a identificação do melhor seja inútil: prefiro ser operado pelo melhor cirurgião e não por um cirurgião melhorado. Mas ambas as dinâmicas, tanto na arte como na educação, promovem e reafirmam a fragmentação do conhecimento em disciplinas e especializações que estão condenadas a permanecerem em compartimentos estanques. O processo que deveria aperfeiçoar os indivíduos como parte de um complexo social os converte em pessoas encapsuladas e instrumentalizadas. Quando o ensino é pago, obriga-se o estudante a pagar por algo projetado com critérios que não têm muito a ver com o estudante: a sobrevivência dentro de um mercado dirigido pela oferta e pela demanda laboral, a competitividade nacional etc. É como fazer os próprios soldados pagarem para poder lutar em uma guerra.

O encerramento da arte em um gueto disciplinar a reduz à produção de objetos autônomos, ou, no limite, converte-a em uma prática social superficial que não se diferencia dos serviços sociais genéricos. Ignora o fato de que a arte é uma forma de pensar e de adquirir e de expandir o conhecimento, e que sua utilidade maior não é a de colocar peças em um museu, senão a de ajudar a usar a imaginação. A tradição artesanal é a que leva à entrega de lápis, pinturas, tesouras e cola às crianças para que brinquem com os materiais. Servem primariamente para refinar as habilidades manuais e não as mentais e emocionais utilizadas para conhecer. É o elogio dos professores que transforma os objetos em arte, e isso acontece sem que a criança (e em alguns casos frequentemente o professor) tenha a menor ideia do que é a arte realmente. A submissão paulatina ao cânone dominante e à eficiência dentro deste determina quais crianças serão designadas como talentosas e quais não o serão, usando critérios baseados na habilidade manual, na eficiência na representação e na competitividade. Pareceria mais apropriado então entrar na arte pela porta da cognição. Propor à criança que divida seu universo em coisas que são arte e coisas que não o são, de acordo com uma definição própria e arbitrária. Com isso evita-se categorizar em termos de uma escala de valores culturais pré-fabricados e não entendidos, e se permite tomar decisões taxonômicas pessoais. Com este critério, o educando pode encontrar e/ou produzir um campo definido como arte de acordo com seu próprio cânone. O passo seguinte, então, é apresentar o que se encaixa nessa categoria. A ideia desse

ponto é conseguir que o espectador aceite a classificação e se convença de seu mérito e importância. Isto é, o educando tem de criar a museografia e os elementos que designam o escolhido como artístico e, portanto, apropriar-se dos meios de comunicação que servem para esses efeitos. O marco, o pedestal, o museu, são todos meios de comunicação que designam e codificam a taxonomia artística. Mais importante é que, por este caminho, prepara-se o educando para que observe conscientemente o cânone que lhe é transmitido institucionalmente e que possa comparar e questionar desde o próprio cânone. É com essa base autodidata que a exploração artística e a fabricação de objetos expressivos podem começar a alcançar sua verdadeira razão de ser.

Não obstante, a arte em nossa cultura seja aceita como um meio de produção, também se pode defini-la como uma metadisciplina que permite subverter as ordens estabelecidas e explorar novas ordens alternativas em uma etapa prévia à verificação de sua aplicação prática. A dinâmica comercial que favorece o consumo tem levado a confundir o objeto artístico com a própria arte. Esse feito nos impede de cumprir plenamente a função mais importante: a de ajudar a elucidar as áreas do desconhecimento. O que superficialmente chamamos “mistério” não é o milagre perene que o dogma religioso nos entrega. Tampouco é a representação da escuridão impenetrável do desconhecido. O mistério é o que marca o limite do que conhecemos. Desafia-nos para que desmistifiquemos esse limite e que assim possamos chegar ao mistério seguinte. É o que nos permite transitar continuamente da área do conhecimento à área do desconhecimento, como se estreássemos um jogo de videogame. Permite-nos não somente conhecer o novo, senão des-conhecer e re-conhecer o velho através de novas visitas sem preconceitos. É essa busca interminável que prende o artista à sua profissão como se fosse uma droga. O problema é que, ao longo do tempo, essa tarefa foi se definindo como monopólio de uns poucos e foi desgastada pelo formalismo da apresentação e da busca do espetáculo. De modo conectado a isso, a produção de objetos também provocou a redução das margens de atenção do espectador em vez de desencadear e ampliar a imaginação, a especulação e a criação. Perdemos a arte como uma metodologia cognitiva compartilhada e comunal. No seu lugar, permitimos que esta se diminua para se transformar em uma atividade reservada a poucos trabalhadores excêntricos que trabalham para uns poucos milionários que querem ser excêntricos.

A definição do sistema educativo é paralela à da arte. Além de seus fins, a educação meritocrática utiliza, ademais, uma pedagogia preguiçosa. Os “escolhidos”, em grande medida, são aqueles capazes de aprender com um esforço minimizado de ajuda institucional. Os descartados, por sua vez, são os que realmente precisam da educação, requerem muito mais esforço, em parte para compensar a falta de educação familiar. Ignora-se, assim, o fato de que a educação não deveria enfatizar o ensino, mas dedicar-se à aprendizagem. O ensino baseia-se na transmissão de informação e treinamento. A educação correta, por outro lado, estimula o autodidatismo. Esse autodidatismo consiste em identificar os mistérios do desconhecido, desmistificá-los e superá-los para então enfrentar novos mistérios. Assim como na arte, trata-se de conhecer, des-conhecer e re-conhecer. É um trabalho contínuo que se desenvolve ao longo da vida do indivíduo. É algo que não pode se encerrar dentro dos muros de uma instituição, nos limites de um tempo imposto, em uma quantificação ditada por um currículo e dentro de uma relação que depende dos professores.

Embora a arte como disciplina profissional faça parte dos estudos universitários e pretenda estar em pé de igualdade com eles, sua posição é frágil. Os produtos desse profissionalismo artístico geralmente não pertencem à produtividade econômica, e, portanto, carecem de interesse. Ao mesmo tempo, em que a sociedade aceita essa imagem, se esquece de que a arte é o único campo no qual potencialmente o estudante pode fazer o que lhe dá vontade, pode explorar o fracasso, e que nisso está grande parte de sua importância, o que a faz imprescindível. É essa potencialidade, geralmente insuficientemente explorada e usurpada, o que faz com que sua posição seja instável e que seja a primeira vítima dos cortes orçamentários. A arte, como já foi esclarecido desde as definições de Kant, produz objetos carentes de uma função discernível. Isso se traduz no fato de que é uma atividade que não serve para nada (ou que distrai) e, portanto, é descartável. De uma forma ou de outra, essa mesma perspectiva se estende às humanidades em geral, o que nos últimos tempos também as converte em alvo de vitimização.

Mas nem artistas, nem educadores somos inocentes em relação a essa marginalização e banalização: nós artistas estamos preocupados com o ego e com o mercado, e os educadores, com a sobrevivência dentro de um sistema projetado para uma função alheia. A arte se redefine nas galerias, e a educação, em uma burocratização na qual se gasta mais dinheiro em administração do que no desenvolvimento do estudante. Ambos os cam-

pos se mantêm como profissões mutuamente estranhas, sem cogitar a possibilidade de fusão. As teorias rebeldes nesse campo da pedagogia são marginais e minoritárias e, portanto, incapazes de se oporem ao esforço esmagador da quantificação da qualidade. Ao contrário, em vez de resistir, pensamos que aceitar a quantificação nos garantirá o direito de existência, seja por meio de preços e fama na arte, seja pelas estatísticas no ensino. Há nisso uma guerra não reconhecida entre diferentes interpretações do que deve ser o rigor. O conceito de rigor é justamente um dos instrumentos utilizados para separar a arte das demais disciplinas, para organizar as disciplinas entre “moles” e “duras”.

O rigor das matérias acadêmicas que têm uma aplicação prática se baseia na possibilidade de prestar contas quantitativamente. O protocolo seguido respeita a relação de causa e efeito, a lógica, a repetição de resultados na experimentação e, em geral, um desenvolvimento linear dos procedimentos. Em forma circular, o protocolo fundamenta o rigor e o rigor fundamenta o protocolo. Na arte, por sua vez, a noção de rigor e a prestação de contas se baseiam na inevitabilidade e na indispensabilidade, e ambas são impossíveis de traduzir em números. Uma vez que a obra ou situação artística existe, o protocolo (ou os protocolos) se deduzem da necessidade de sua existência.

Essa discussão dos conceitos de prestação de contas e de rigor está diretamente conectada com as metodologias do conhecimento e se encontra para além de sua aplicação em diferentes disciplinas. Se falamos da utilidade potencial dos atos, referimo-nos àqueles que são úteis e àqueles que não o são. Ao limitar-nos educacionalmente ao útil, e descartando o inútil, ou ao inútil descartando o útil, estamos fragmentando a educação e confundindo o ato de projeção antropocêntrica com a compreensão e o ordenamento da realidade. Paradoxalmente, utiliza-se essa projeção para se falar de objetividade. É aqui que a arte, o campo das configurações e das conexões qualitativas, deveria informar e enriquecer a ciência (campo das conexões quantitativas), e não o contrário, como é o costume.

Tanto o artista como o professor só podem demonstrar o êxito efetivo de sua missão uma vez que cheguem ao ponto em que se transformem em prescindíveis, ou seja, o momento em que o recipiente da arte ou da educação é capaz de atuar independentemente. É aqui que a arte e a educação confluem para uma missão única. Ambas têm um caminho comum, e a diferença está somente nas pegadas que ficam durante o caminho. A

arte é educação e a educação é arte. Uma das palavras somente adquire sentido uma vez que está dentro da outra.

“Nem arte, nem educação”, portanto, não é aqui uma declaração niilista que propõe um deserto cultural unificado pela ignorância. É, em vez disso, uma declaração crítica do uso de ambas as palavras, mas que não nega nem uma, nem outra. É uma frase que denuncia a separação disciplinar que obriga a fragmentar o conhecimento. É uma crítica que nos propõe um desafio para que possamos gerar sistemas de ordens alternativos e a fazê-lo criativamente. É uma declaração que busca uma palavra que ainda não existe. Ou, em seu lugar, que trata de recarregar e unificar as palavras já conhecidas e por ora mortas pelo mau uso. É uma frase que quer facilitar a liberação dos indivíduos de tal forma que, dentro de sua individualidade, possam-se definir como uma unidade pensante e sensível, mas dentro do contexto do bem coletivo.